



Demonstrações financeiras individuais

31 de dezembro de 2019

Nu Financeira S.A. -
Sociedade de Crédito,
Financiamento e Investimento

- 03** Relatório da administração
- 05** Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais
- 08** Balanços patrimoniais
- 10** Demonstrações de resultado
- 11** Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
- 12** Demonstrações dos fluxos de caixa
- 13** Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais

Relatório da Administração

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais da Nu Financeira S.A. ("Companhia" ou "Nu Financeira") relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN).

Perfil Corporativo

A Nu Financeira foi constituída em 28 de fevereiro de 2018, iniciando suas atividades pré-operacionais em 12 de junho de 2018, sendo autorizada a operar pelo BACEN na forma de Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento em 23 de novembro de 2018, de acordo com a publicação no Diário Oficial. A Nu Financeira é uma instituição controlada pela Nu Pagamentos S.A. ("Nu Pagamentos") e foi constituída com objetivo de oferecer novos produtos para os clientes da marca Nubank. O principal produto da Nu Financeira é o empréstimo pessoal, lançado em fevereiro de 2019, o qual oferece aos nossos clientes um processo de contratação de empréstimos totalmente digital através do aplicativo do Nubank e customizável em termos de valores e prazos. As informações do contrato são apresentadas de forma clara e transparente com a divulgação dos juros e encargos envolvidos na contratação, além disso, os recursos da operação são disponibilizados 24 horas por dia através da NuConta e o cliente consegue realizar o gerenciamento dos pagamentos de maneira fácil e prática dentro do próprio aplicativo. A NuConta é uma conta 100% digital, sem cobrança de tarifas de manutenção, com remuneração de 100% do CDI e com a maioria das funcionalidades de uma conta bancária tradicional, oferecida pela controladora Nu Pagamentos S.A.

Destaques de 2019:

a. Empréstimo pessoal

Conforme acima mencionado, lançamos o produto de empréstimo pessoal em fevereiro de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo das operações de crédito era de R\$254 milhões e a provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa era de R\$20 milhões, representando cerca de 7,9% do saldo total. Essas operações de crédito são destinadas somente a pessoas físicas, de modo que não possuem concentração de contraparte.

b. Rating Standard & Poor's

Em 10 de maio de 2019, a S&P Global Ratings atribuiu os ratings de crédito de emissor de longo e curto prazos de 'brA-/brA-2' à Nu Financeira S.A. - Sociedade de Crédito Financiamento e Investimento ("Nu Financeira"), subsidiária integral da Companhia. Além disto, a S&P também atribuiu o rating 'br-A-' à 1ª série da 1ª emissão de Letras Financeiras da Nu Financeira, realizada em junho de 2019.

c. Depósitos (RDB)

Em junho de 2019, lançamos o Recibo de Depósito Bancário (RDB) da Nu Financeira como uma nova opção de aplicação na NuConta. Ao contrário da conta de pagamentos tradicional, cujo dinheiro fica lastreado em títulos públicos, os valores aplicados em RDB do Nubank são usados como fonte de funding para nossas operações. Em 31 de dezembro de 2019, a Nu Financeira possuía o saldo de R\$4 bilhões captados através deste instrumento.

d. Emissão de Instrumentos de Dívida

Em junho de 2019, a Nu Financeira realizou a sua 1ª emissão de Letras Financeiras, através de uma oferta pública no âmbito da Instrução CVM nº 476. A emissão foi dividida em duas séries, a primeira delas no montante de R\$300 milhões com prazo de 2 anos; e a segunda série, no montante total de R\$75 milhões, prazo total de 10 anos, foi realizada contendo cláusula de subordinação para compor o Nível II do Patrimônio de Referência da Nu Financeira, após aprovação do BACEN.

e. Aumento de Capital e Patrimônio Líquido

Em assembleia geral extraordinária, realizada em 10 de maio de 2019, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$50 milhões, aprovado pelo BACEN em junho de 2019. Com isso encerramos o exercício de 2019 com um Patrimônio Líquido de R\$107 milhões. Em relação a destinação do lucro líquido, o saldo deverá ser destinado pela assembleia geral após a Companhia designar 5% para reserva legal, até que atinja 20% do capital social, e pelo menos 1% do lucro líquido ajustado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório aos acionistas.



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Nu Financeira S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Nu Financeira S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nu Financeira S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2019, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

▪ **Provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito**

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3d e 6, a classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamentos da Administração da Instituição, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa está suportada na classificação do risco do cliente, em função da análise periódica de sua qualidade e não apenas nos percentuais mínimos da Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Devido à relevância do saldo das operações de crédito e ao elevado grau de julgamento relacionado à definição da estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

- Com o auxílio de nossos especialistas em riscos de crédito, avaliamos os julgamentos utilizados pela Instituição na definição das principais premissas utilizadas na atribuição dos níveis de risco de crédito;
- Recalculamos o valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa; e
- Avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o nível de provisionamento para créditos de liquidação duvidosa e as suas respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de janeiro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

A handwritten signature in blue ink that reads 'Rodrigo Bassi'. The signature is written in a cursive, flowing style.

Rodrigo Cruz Bassi
Contador CRC 1SP261156/O-7

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2019	2018
Total do ativo circulante		5.881.702	83.347
Disponibilidades	4	13.634	234
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	2.074.128	-
Aplicações no mercado aberto		2.056.990	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros		17.138	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos		3.386.758	81.221
Carteira própria	6a	1.586.184	81.221
Instrumentos financeiros derivativos	6c	730	-
Vinculados à prestação de garantia	6a	1.799.844	-
Operações de crédito	7	197.200	-
Operações de crédito		214.157	-
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		(16.957)	-
Outros créditos	8	209.982	1.892
Diversos		209.770	1.892
Negociação e intermediação de valores		212	-
Total do ativo não circulante		342.216	-
Operações de crédito	7	36.661	-
Operações de crédito		39.814	-
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		(3.153)	-
Outros créditos	8	305.555	-
Diversas		305.555	-
Total ativo		6.223.918	83.347

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

PASSIVO	Nota	2019	2018
Total do passivo circulante		5.629.065	1.856
Depósitos	9	4.094.037	–
Depósitos a prazo		4.094.037	–
Recursos de aceites e emissão de títulos	11	3.990	–
Recursos de aceites cambiais		3.990	–
Outras obrigações		1.531.038	1.856
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		765	–
Fiscais e previdenciárias		1.088	105
Negociação e intermediação de valores		4.369	–
Dívidas subordinadas	10	1.425.862	–
Diversos		98.954	1.751
Total do passivo exigível a longo prazo		487.354	3.719
Recursos de aceites e emissão de títulos	11	398.582	3.719
Recursos de aceites cambiais		87.994	3.719
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		310.588	–
Outras obrigações		88.772	–
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	12	88.772	–
Patrimônio líquido		107.499	77.772
Capital social	13a	130.000	80.000
Reserva de capital	13b	475	–
(-) Prejuízos acumulados		(22.976)	(2.228)
Total do passivo e patrimônio líquido		6.223.918	83.347

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado

Semestre e Exercício findos em 31 de dezembro de 2019 e Período de 12 de junho (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

	Nota	2019		2018
		2º semestre	Exercício	Período
Receitas da intermediação financeira		108.868	119.492	2.101
Operações de crédito	14.a	31.583	34.707	-
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6b	83.102	87.995	2.101
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	14.b	(8.090)	(5.483)	-
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	14.c	2.273	2.273	-
Despesas da intermediação financeira		(100.858)	(110.718)	(6)
Operações de captação no mercado	15	(83.806)	(90.608)	(6)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(17.052)	(20.110)	-
Resultado bruto da intermediação financeira		8.010	8.774	2.095
Outras receitas/despesas operacionais		(26.900)	(40.999)	(5.807)
Despesas de pessoal	16	(13.755)	(24.248)	(5.671)
Outras despesas administrativas	17	(8.933)	(12.065)	(35)
Despesas tributárias	18	(1.471)	(1.805)	(101)
Outras receitas operacionais		316	338	-
Outras despesas operacionais		(3.057)	(3.219)	-
Resultado operacional		(18.890)	(32.225)	(3.712)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(18.890)	(32.225)	(3.712)
IR e CS	19	6.271	11.477	1.484
Provisão para imposto de renda		(60)	(60)	-
Provisão para contribuição social		-	-	-
Ativo fiscal diferido		6.331	11.537	1.484
Prejuízo líquido		(12.619)	(20.748)	(2.228)
Prejuízo por ação (em R\$)		(0,10)	(0,16)	(0,03)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Semestre e Exercício findos em 31 de dezembro de 2019 e Período de 12 de junho (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 12/06/2018 (início das atividades)		-	-	-	-
Subscrição de capital	13	80.000	-	-	80.000
Prejuízo do período		-	-	(2.228)	(2.228)
Saldo em 31/12/2018		80.000	-	(2.228)	77.772
Saldos em 1/01/2019		80.000	-	(2.228)	77.772
Aumento de capital	13	50.000	-	-	50.000
Opção de ações outorgadas	13	-	475	-	475
Prejuízo do exercício		-	-	(20.748)	(20.748)
Saldo em 31/12/2019		130.000	475	(22.976)	107.499
Saldo em 30/06/2019		130.000	272	(10.357)	119.915
Opção de ações outorgadas	13	-	203	-	203
Prejuízo do período		-	-	(12.619)	(12.619)
Saldo em 31/12/2019		130.000	475	(22.976)	107.499

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Semestre e Exercício findos em 31 de dezembro de 2019 e Período de 12 de junho (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	2019		2018
	Nota	2º semestre	Exercício Período
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do semestre/exercício		(12.619)	(20.748) (2.228)
Ajustes para prejuízo:			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	17.052	20.110 –
Resultado com tributos diferidos		(6.331)	(11.537) (1.484)
Variação de valor justo de instrumentos financeiros ativos		(5.766)	(5.907) (2.101)
Variação de valor justo de instrumentos financeiros passivos		5.210	8.620 –
Variação de valor justo de instrumentos financeiros derivativos		210	(730) –
Juros de instrumentos de dívida elegíveis a capital, não realizados		4.828	5.152 –
Juros de recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares, não realizados		9.816	10.588 –
Juros de recursos de aceites cambiais		3.053	5.257 –
Opções de ações outorgadas	16	203	475 –
Resultado ajustado		15.656	11.280 (5.813)
(Aumento)/redução líquido de ativos:			
Títulos e valores mobiliários para negociação	6	(3.280.385)	(3.330.777) 3.719
Operações de crédito	14.a	(207.054)	(253.971) (148)
Outros créditos	8	(502.282)	(502.108) –
Aumento/(redução) líquido de passivos:			
Depósitos	9	4.012.488	4.094.037 –
Outras obrigações		1.525.992	1.529.182 1.856
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades operacionais		1.564.415	1.547.643 (386)
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários, exceto para negociação	6	508.216	31.877 (81.950)
Rendimentos sobre as vendas de títulos e valores mobiliários		–	– 2.570
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades de investimento		508.216	31.877 (79.380)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		–	300.000 –
Instrumentos de dívida elegíveis a capital		890	75.000 –
Recursos de aceites cambiais		2.255	83.008 –
Aumento de capital	13	–	50.000 80.000
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades de financiamento		3.145	508.008 80.000
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		11.986	234 –
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	22a	2.087.762	2.087.762 234

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Semestre e Exercício findos em 31 de dezembro de 2019 e Período de 12 de junho (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Nu Financeira S.A. - SCFI ("Companhia" ou "Nu Financeira") é constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Capote Valente, 120 - São Paulo - Brasil. A Nu Financeira tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

A Nu Financeira foi constituída em 28 de fevereiro de 2018, iniciando suas atividades pré-operacionais em 12 de junho de 2018 e autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) na forma de Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento em 21 de novembro de 2018, de acordo com a publicação no diário oficial. A Nu Financeira é uma Companhia controlada pela Nu Pagamentos S.A. e foi constituída com objetivo de oferecer novos produtos para os clientes da marca Nubank, sendo que ambas as Companhias compõem o Grupo "Nubank".

O plano de negócio da Nu Financeira prevê o crescimento do volume de operações de crédito direto ao consumidor (CDC) aos clientes portadores de contas de pagamento (Nu Conta) juntamente a Nu Pagamentos S.A., bem como, oferta de novos produtos que resultarão em geração de lucros no futuro. Dessa maneira, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, emitido pelo BACEN, conforme disposto na Circular 3.833, de 17 de maio de 2017 do BACEN.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade, usando a convenção de custo histórico, com exceção de certos ativos e passivos financeiros que foram mensurados pelo valor justo. Todas as informações relevantes nas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na condução dos negócios da Companhia.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 31 de janeiro de 2020.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com valores a receber de operações de cartão de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas.

Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente no semestre e período apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem (i) depósitos bancários em moeda nacional e estrangeira considerados no Balanço Patrimonial na rubrica Disponibilidades, (ii) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais em até 90 dias, conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e utilizados na gestão de caixa dos compromissos de curto prazo e não para propósitos de investimento e financiamento.

b. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil:

(i) Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

(iii) Títulos disponíveis para venda

Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são contratos ou acordos cujo valor é derivado de um ou mais índices subjacentes ou ativos referenciados no contrato ou acordo, que exigem nenhum ou pouco investimento líquido inicial e são liquidados em uma data futura.

Os derivativos são realizados em taxa de juros, *swaps* moeda e outros índices futuros. Derivativos são mantidos para fins de gerenciamento de risco. Derivativos são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como estando em uma relação de *hedge*. Os derivativos são reconhecidos inicialmente na data em que um contrato de derivativos é celebrado, e são subsequentemente reavaliados pelo seu valor justo. Os valores justos dos derivativos negociados em mercado são obtidos a partir dos preços de mercado cotados. Os valores justos dos derivativos de balcão são estimados utilizando técnicas de avaliação, incluindo modelos de fluxo de caixa descontado e precificação de opções.

Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando seu valor justo é positivo e como passivos quando seu valor justo é negativo, exceto quando a compensação pelo valor líquido é permitida. O método de reconhecimento dos ganhos e perdas do justo valor depende se os derivados são mantidos para negociação ou designados como instrumentos de *hedge*. Ganhos e perdas de variações no valor justo de derivativos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A avaliação do valor justo é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado.

(v) Contabilidade de *hedge*

A Companhia aplica contabilidade de *hedge* para representar os efeitos econômicos de suas estratégias de gerenciamento de risco. No momento em que um instrumento financeiro é designado como *hedge* (ou seja, no início do *hedge*), a Companhia documenta formalmente a relação entre o(s) instrumento(s) de *hedge* e o(s) item(s) coberto(s), seu objetivo de gerenciamento de risco e estratégia para realizar o *hedge*. A documentação inclui a identificação de cada instrumento de cobertura e respectivo item coberto, a natureza do risco coberto e a forma de avaliação da eficácia do instrumento de *hedge* na compensação da exposição a alteração no valor do item coberto.

Dessa forma, a Companhia avalia formalmente, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, se os derivativos de *hedge* foram e serão altamente eficazes na compensação de mudanças no valor

justo atribuíveis ao risco protegido durante o período em que a proteção é realizada. Um *hedge* é normalmente considerado altamente eficaz se, no início e ao longo de sua vida, a Companhia pode esperar, e os resultados reais indicarem, que mudanças no valor justo ou no fluxo de caixa dos itens protegidos são efetivamente compensadas por mudanças no valor justo ou no resultado. Se em qualquer momento se concluir que não é mais altamente eficaz para alcançar seu objetivo documentado, a contabilidade de *hedge* é descontinuada.

Quando os derivativos são mantidos para fins de gestão de risco, e quando as transações atendem aos critérios exigidos para documentação e efetividade do *hedge*, os derivativos podem ser designados como: (i) *hedges* da mudança no valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou compromissos firmes *hedges* de valor; (ii) *hedge* da variabilidade nos fluxos de caixa futuros altamente prováveis atribuíveis a um ativo ou passivo reconhecido, ou uma transação prevista (*hedge* de fluxo de caixa); ou (iii) *hedge* de investimento líquido em uma operação no exterior (*hedge* de investimento líquido). A Companhia aplica contabilidade de *hedge* de valor justo, mas não aplica de *hedge* de fluxo de caixa e investimento líquido em uma operação no exterior.

(vi) Contabilidade de *hedge* de valor justo

As variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, juntamente com as mudanças no valor justo do ativo ou passivo objeto do *hedge* que seja atribuível ao risco coberto. Quando o item protegido é mensurado ao custo amortizado, o valor justo é reconhecido alterando o valor contábil do ativo ou passivo coberto. As variações no valor justo dos itens protegidos são reconhecidas na demonstração do resultado como receita líquida de negociação e outras receitas. Se a cobertura deixar de cumprir os critérios, as mudanças no justo valor do item coberto atribuíveis ao risco coberto deixarão de ser reconhecidas na demonstração de resultados.

c. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros não avaliados pelo valor justo são reconhecidas imediatamente quando há evidência objetiva de perda e o valor contábil desses ativos é reduzido com o uso de provisões. Provisões para redução ao valor recuperável de ativos financeiros não avaliados ao valor justo são avaliadas e calculadas individualmente e são reconhecidas na demonstração do resultado.

d. Operações de crédito e provisão para crédito de liquidação duvidosa

Aplicável para as operações sujeitas ao Risco de Crédito, conforme definido em política interna, a provisão é definida como o valor necessário para cobrir os custos relativos ao risco de crédito, seja ele proveniente do não cumprimento, pela contraparte, de suas obrigações financeiras, desvalorização e/ou redução nas remunerações em detrimento da qualidade creditícia do tomador de crédito.

A Companhia observa e respeita as diretrizes estabelecidas pela resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN), dispondo dos critérios necessários para classificação das operações de crédito e de provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa (PCLD) mínima requerida. Ainda, para a constituição da provisão, em seu cálculo deve ser refletida a expectativa de perdas da instituição, levando em consideração as diretrizes da resolução nº 4.557/17 do CMN.

As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (100% provisionado). As operações classificadas como nível de risco H são transferida para conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, após decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco. Quanto às operações renegociadas, essas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes de sua repactuação; aquelas já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

Metodologia Interna

A metodologia interna para cálculo da PCLD é baseada na expectativa de perdas da carteira de crédito em nível agregado, de acordo com as diretrizes estabelecidas nas resoluções nº 2.682/99 e 4.557/17. Essa expectativa de perda para cada operação de crédito é função da sua faixa de risco, determinada a partir de modelos internos, bem como do seu estágio de atraso, tempo contratual ao qual estará exposto ao risco de crédito, e quando aplicável, o ambiente macroeconômico e alterações previstas no curto e longo prazo. Para o cálculo da perda, são considerados: probabilidade de que a exposição seja caracterizada como ativo problemático, a exposição no momento da inadimplência, bem como a expectativa de recuperações de créditos vencidos. O valor da PCLD é contabilizado de acordo com o resultado obtido pelo modelo interno e comparado com o valor da PCLD mínima

requerida pela resolução nº 2.682/99, não podendo, em nível agregado, o valor apurado pelo modelo interno ser inferior ao mínimo requerido pela resolução nº 2.682/99.

A Companhia conta com fóruns que deliberam a respeito da qualidade dos modelos internos de perda, bem como sobre as alterações relevantes nas estimativas consideradas no cálculo do modelo interno. Tais modelos estão sujeitos a avaliação técnica independente das áreas de Validação de Modelos, Risco Operacional, Controles Internos e Auditoria.

e. Cessão de crédito

A Companhia adquire recebíveis por meio de cessões de créditos lastreados em transações de pagamento. Estas cessões foram contabilizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08 do CMN, que trata de operações cedidas sem coobrigação e operações cedidas com retenção substancial ou parcial de riscos e benefícios, as quais devem ser mantidas na carteira do cedente em contrapartida de obrigações por operações de venda ou transferência de ativos financeiros, bem como a provisão para créditos de liquidação duvidosa deverá ser contabilizada de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN e o resultado deverá ser reconhecido de acordo com o prazo do contrato.

Os títulos cedidos possuem coobrigação e a Companhia cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos subjacentes.

f. Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando do pagamento e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da CSLL do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados através dos estudos técnicos realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até dezembro de 2018, considerando a alíquota de 20%. A partir de dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 15%, conforme Lei nº 13.169/15.

g. Depósitos

Em junho de 2019, foi lançado o Recibo de Depósito Bancário ("RDB") da Nu Financeira, que é oferecido por meio da plataforma da NuConta, de sua controladora Nu Pagamentos S.A. Os valores aplicados em RDB do Nubank podem ser usados como fonte de financiamento para as operações da Companhia.

A atualização dos depósitos pela taxa contratada é reconhecida pelo método da taxa efetiva de juros.

h. Recursos de aceites e emissão de títulos, instrumentos de dívida elegíveis a capital e outras dívidas subordinadas

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata dia*. Certas dívidas subordinadas representam operações vinculadas caracterizadas pela captação de recursos de terceiros por instituições financeiras (operação passiva) para a execução específica de determinada operação ativa, ficando a exigibilidade da operação passiva pelo depositante condicionada ao recebimento do respectivo crédito na operação ativa.

i. Ativos e passivos contingentes

Ativos e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, exceto quando a administração da Companhia acredita que sua realização é praticamente certa, o que geralmente corresponde a processos com decisões favoráveis, em julgamentos finais e inapeláveis, finalização de processos em decorrência de liquidação por pagamento ou como resultado de um acordo para compensar um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos administrativos e ações judiciais, inerentes ao curso normal dos negócios. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração a opinião de consultores jurídicos quando for provável que sejam necessários recursos financeiros para liquidar as obrigações e cujo valor possa ser estimado com razoável segurança.

Os passivos para contingências são classificados de acordo com sua probabilidade de perda como:

- **Provável:** os passivos são reconhecidos no balanço patrimonial;
- **Possível:** divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas, mas para as quais nenhuma provisão é reconhecida; e
- **Remoto:** não requerem provisão e nem divulgação. O valor dos depósitos judiciais é ajustado de acordo com a legislação vigente.

j. Plano de opção de compra de ações

A Companhia mantém um plano de incentivo de longo prazo, estruturado por meio de outorgas de opções de compra de ações, no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Nu Holdings Ltd. ("Holding") - stock option ("Plano de Opção") que é classificado como pagamento baseado em ações liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais.

O objetivo é conceder, aos colaboradores da Companhia, a oportunidade de se tornarem acionistas da Holding, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos seus interesses com os interesses dos acionistas, bem como possibilitar à Companhia atrair e manter vinculados a ela administradores e empregados.

A despesa com a remuneração das opções de compra de ações do Plano de Opção é baseada no valor justo das opções na data da concessão, que é estimada usando o modelo Black-Scholes de precificação de opção. Julgamento significativo é requerido ao determinar as entradas no modelo de valor justo. O valor justo das ações e opções de ações concedidas, calculado na data de cada outorga, é reconhecido como uma despesa no período em que as ações e as opções de ações são negociadas (durante as quais condições específicas de aquisição e eventos importantes devem ser atendidos). O valor justo das opções não é revisado posteriormente à data de outorga.

Ao final de cada período de relatório, a Companhia revisa sua estimativa do número de ações e opções de ações que serão adquiridas com base nas condições estabelecidas. A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas originais, se houver, na rubrica despesa com pessoal na demonstração do resultado e na reserva de capital no patrimônio líquido.

k. Lucro por ação

O lucro por ação da Companhia é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias e preferenciais totais no final do exercício.

4. Disponibilidades

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Banco - conta movimento	8.924	229
Depósitos em conta de pré-pagamento	4.710	5
Total	<u>13.634</u>	<u>234</u>

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
	<u>0 - 30</u>	<u>Total Total</u>
Aplicações no mercado aberto		
Posição bancada		
Operações compromissadas - NTN	1.999.996	1.999.996 -
Operações compromissadas - LFT	56.994	56.994 -
Aplicações em depósito interfinanceiro		
Operações interbancárias	17.138	17.138 -
Total	<u>2.074.128</u>	<u>2.074.128</u> -

A taxa média das aplicações em operações compromissadas e das operações interfinanceiras em 31 de dezembro de 2019 correspondem a aproximadamente 100% e 102,45% do DI a.a respectivamente.

6. Títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos

a. Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento contratual

	2019			2018	
	Custo	Valor de mercado	Sem vencimento	Acima de 365	Valor de mercado
Carteira própria					
Para negociação	1.531.456	1.536.840	-	1.536.840	-
Disponível para venda	49.344	49.344	49.344	-	81.221
Total	1.580.800	1.586.184	49.344	1.536.840	81.221
Vinculado à prestação de garantia					
Para negociação	1.799.321	1.799.844	-	1.799.844	-
Total	1.799.321	1.799.844	-	1.799.844	-

	2019			2018	
	Custo	Valor de mercado	Acima de 365	Valor de mercado	
Carteira própria					
Títulos públicos - Brasil					
Letras do tesouro nacional	1.528.378	1.533.736	1.533.736	-	-
Letras financeiras do tesouro	2.061	2.061	2.061	-	-
Notas do tesouro nacional	1.017	1.043	1.043	-	-
Vinculados à prestação de garantias					
Títulos públicos - Brasil					
Letras do tesouro nacional	166.046	166.628	166.628	-	-
Letras financeiras do tesouro	31	31	31	-	-
Títulos públicos - Brasil vinculados ao RDB-V					
Letras financeiras do tesouro	1.633.244	1.633.185	1.633.185	-	-
Total	3.330.777	3.336.684	3.336.684	-	-

Disponíveis para venda

	2019			2018	
	Custo	Valor de mercado	Sem vencimento	Valor de mercado	
Carteira própria					
Cotas de fundos de investimento (i)	49.344	49.344	49.344	81.221	
Total	49.344	49.344	49.344	81.221	

(i) Refere-se à aplicação em cotas de fundo de investimento que investe principalmente em títulos soberano brasileiros não exclusivo com rendimento de 97% do CDI. O valor de mercado dessa aplicação é apurado com base no valor da cota divulgado pelos administradores do fundo. Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários entre categorias durante o semestre findo em 31 de dezembro de 2019.

b. Resultado com títulos e valores mobiliários

	2019		2018	
	2º Semestre	Exercício	Período	
Renda de letras do tesouro nacional	33.860	33.860	-	
Renda de aplicação interfinanceira de liquidez	30.364	30.364	-	
Renda de letras financeiras do tesouro	7.019	7.403	-	
Valor justo - títulos públicos	5.766	5.907	-	
Rentabilidade de cotas de fundos de investimento	5.213	9.668	2.101	
Renda de certificado de depósito interbancário	1.449	1.449	-	
Renda de notas do tesouro nacional	23	23	-	
Deságio com letras de câmbio	(200)	(287)	-	
Prejuízo com título público	(392)	(392)	-	
Total	83.102	87.995	2.101	

c. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está autorizada a executar transações com instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às suas próprias necessidades, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. A administração desses riscos é realizada através da determinação de limites e de estratégias operacionais. Os contratos de derivativos são considerados nível 2 na hierarquia de valor justo.

	2019		
	Valor de mercado		
	Nocional	Ativo	Passivo
Derivativos mantidos para negociação	1.992.992	133	(4.167)
Futuro de juros	1.992.992	133	(4.167)
Derivativos em hedge	100.683	809	(202)
Designado em <i>hedge</i> de risco de mercado	100.683	809	(202)
Futuro de juros	47.583	79	(202)
Swap de juros	53.100	730	-
Total	2.093.675	863	(4.369)

Em dezembro de 2019 o valor total das margens dadas em garantia pela Companhia em operações em bolsa era de R\$166.659 (R\$0 em 2018) e são compostas em sua totalidade por títulos públicos.

Análise dos derivativos designados como hedge: *Hedge* de taxa de juros - A Companhia acessa o mercado para obter financiamento, emitindo dívida de taxa fixa. O componente de risco da taxa de juros é a mudança na taxa. A eficácia é avaliada usando técnicas de regressão linear onde comparamos as variações no valor justo da dívida, excluindo a variação devido ao risco de crédito da Companhia, devido a mudança na taxa de juros com o componente ativo do derivativo de taxa de juros. A diferença entre as mudanças nos valores justos é considerado inefetividade.

	2019		2018
	2º semestre Exercício		Exercício
Mudança na exposição ativa do instrumento de cobertura - taxa de juros	6.459	8.993	-
Mudança no valor justo da letra financeira subordinada	(4.887)	(8.620)	-
Inefetividade	1.572	373	-

7. Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

a. Composição das operações de crédito

	2019	2018
Operações de crédito		
Empréstimo pessoal	253.971	-
Abertura do prazo das operações de crédito		
Curto prazo	214.157	-
Longo prazo	39.814	-
Total operações de crédito	253.971	-

As operações de crédito da Nu Financeira são destinadas somente a pessoas físicas, de modo que não possui concentração de contraparte.

b. Composição da carteira de crédito a receber por vencimento

A tabela abaixo apresenta as operações de crédito somando todas as parcelas de uma operação de acordo com o nível de risco

mais elevado:	2019	2018
Curso normal	232.206	-
Vencidas até 14 dias	931	-
A vencer:		
até 3 meses	75.297	-
3 a 6 meses	53.787	-
6 a 12 meses	64.401	-
acima de 12 meses	37.790	-
Curso anormal	21.765	-
Vencidas acima de 14 dias	6.534	-
A vencer:		
até 3 meses	5.832	-
3 a 6 meses	3.505	-
6 a 12 meses	3.870	-
acima de 12 meses	2.024	-
Total	253.971	-

c. Classificação das operações de crédito por níveis de risco - Resolução 2.682/99 do CMN

A tabela abaixo apresenta as operações de crédito somando todas as parcelas de uma operação de acordo com o nível de risco mais elevado:

Nível	2019		2018	
	Curso normal	Curso anormal	Total	Total
A	232.206	-	232.206	-
B	-	4.229	4.229	-
C	-	5.925	5.925	-
D	-	3.788	3.788	-
E	-	3.115	3.115	-
F	-	1.762	1.762	-
G	-	1.474	1.474	-
H	-	1.472	1.472	-
Total	232.206	21.765	253.971	-

d. Classificação das operações de crédito e provisão para perda por níveis de risco em modelos internos

A tabela abaixo apresenta os saldos das parcelas das operações de crédito de acordo com seus vencimentos contratuais.

Nível de risco	2019				
	Curso normal	Curso anormal	Total	Provisão total	Índice de cobertura %
1	6.788	51	6.839	(22)	0.3%
2	125.123	607	125.730	(1.838)	1.5%
3	47.088	1.493	48.581	(2.599)	5.3%
4	47.768	5.978	53.746	(7.143)	13.3%
5	5.439	13.636	19.075	(8.508)	44.6%
Total	232.206	21.765	253.971	(20.110)	7.9%

Não havia operações de crédito em 31 de dezembro de 2018.

Para gestão do risco de crédito, a Companhia utiliza modelos internos, considerando a situação econômico-financeira dos clientes e a pontualidade desses no cumprimento com suas obrigações financeiras passadas. O cálculo da provisão pelo modelo interno leva em consideração tais modelos para estimar a perda esperada bem como a probabilidade de que a exposição seja caracterizada como ativo problemático. Abaixo está o detalhamento dos níveis de risco de cada um dos grupos discriminados na tabela acima:

Nível de risco	Probabilidade de inadimplência
1	< 1.0%
2	1.0% a 5.0%
3	5.0% a 20.0%
4	20.0% a 35.0%
5	> 35.0%

e. Movimentação da provisão para perdas

	2019		2018
	2º semestre	Exercício	Período
Saldo no início do semestre/exercício	(3.058)	-	-
Constituição/(reversão) de provisão	(17.052)	(20.110)	-
Créditos baixados para prejuízo	-	-	-
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	-	-	-
Saldo no final do semestre/exercício	(20.110)	(20.110)	-

f. Operações renegociadas/recuperadas

Os montantes das operações renegociadas e recuperadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 totalizaram, respectivamente, R\$14 (2018 - R\$0) e R\$0 (2018 - R\$0).

8. Outros créditos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Curto prazo		
Diversos		
Operações adquiridas em cessão (i)	196.718	–
Crédito tributário (nota 19)	13.021	1.484
Outros	31	260
Impostos e contribuições a compensar	–	148
Negociação e intermediação de valores	212	–
Total	<u>209.982</u>	<u>1.892</u>
Longo prazo		
Diversos		
Operações adquiridas em cessão (i)	305.555	–
Total	<u>305.555</u>	<u>–</u>

(i) Refere-se a valores adquiridos em operações de cessão. A Companhia cedente possui coobrigação com os títulos e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos subjacentes.

9. Depósitos

A NuConta, conta de pagamento 100% digital, é um produto da controladora Nu Pagamentos S.A., a qual oferece também a modalidade de depósito em Recibo de Depósito Bancário (RDB) emitido pela Nu Financeira. Tais recursos possuem liquidez diária, com remuneração indexada a 100% do CDI e garantia do Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

Em 31 de dezembro de 2019, o montante de depósitos de clientes realizados na modalidade de Recibo de Depósito Bancário - RDB, foi de R\$4.094.037 (2018 - R\$0).

10. Dívidas subordinadas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Dívida subordinada		
Recibo de depósito bancário - vinculado (i)	1.425.862	–
Total	<u>1.425.862</u>	<u>–</u>

(i) Em novembro de 2019, a Nu Financeira S.A. - SCFI emitiu uma nova modalidade de Recibo de Depósito Bancário Vinculados (RDB-V), vinculados a títulos públicos (nota 6a), com uma remuneração indexada a 100% do CDI e liquidez diária. Os títulos públicos relacionados ao RDB-V geraram uma receita no montante de R\$6.985 (2018- R\$0) que está registrada na rubrica Resultado com títulos e valores mobiliários na demonstração de resultado. As despesas com o RDB-V estão registradas na rubrica Operações de captação no mercado e correspondem a R\$6.097 no segundo semestre e no exercício de 2019.

11. Recursos de aceites e emissão de títulos

	<u>2019</u>			<u>2018</u>
	<u>Acima de 1 ano</u>	<u>Até 1 ano</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Letras financeiras emitidas	310.588	–	310.588	–
Letras de câmbio emitidas	87.994	3.990	91.984	3.719
Total	<u>398.582</u>	<u>3.990</u>	<u>402.572</u>	<u>3.719</u>

Em junho de 2019, a Companhia emitiu letras financeiras no total de R\$300 milhões com vencimento em junho de 2021, indexadas ao certificado de depósito interbancário (CDI).

12. Instrumentos de dívida elegíveis A CAPITAL

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Instrumentos de dívida elegíveis a capital		
Letra financeira autorizada	88.772	–
Total	<u>88.772</u>	<u>–</u>

Em junho de 2019, a Companhia emitiu instrumento de dívida elegível a capital, no montante total de R\$75 milhões, juros fixos, com prazo total de 10 anos e opção de recompra a partir do 5º ano, contendo cláusula de subordinação para compor o Nível II do Patrimônio de Referência, após a aprovação do BACEN ocorrida em setembro de 2019.

As despesas com juros da Letra Financeira somam R\$5.152 no exercício e R\$4.828 no segundo semestre de 2019, enquanto a marcação a mercado equivale a R\$8.620 e R\$5.210 no exercício e segundo semestre de 2019, respectivamente.

13. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia é de R\$130.000 (R\$80.000 em 2018), e está representado por 130.000.001 (80.000.001 em 2018) ações ordinárias, sem valor nominal, subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país.

Em assembleia geral extraordinária, realizada em 10 de maio de 2019, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$50.000 com emissão de 50.000.000 ações ordinárias, sendo autorizado pelo Banco Central em 28 de junho de 2019.

b. Reserva de capital

O Nubank conta com um Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano de Opção"), pelo qual são elegíveis a receber opções de compra de ações os colaboradores da Companhia.

A Companhia reconheceu despesas relativas às outorgas do Plano de Opção no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019 totalizadas, respectivamente, R\$203 e R\$475 (2018 - R\$0), em contrapartida de reservas de capital no patrimônio líquido.

14. Receitas de intermediação financeira

a. Resultado de operações de crédito:

	2019		2018
	2º semestre	Exercício	Período
Rendas com operações de crédito - empréstimo pessoal	31.583	34.707	-
Total	31.583	34.707	-

b. Resultado com derivativos

	2019		2018
	2º semestre	Exercício	Período
Resultado com swaps	6.199	8.806	-
Resultado com contratos futuros	(14.289)	(14.289)	-
Total	(8.090)	(5.483)	-

c. Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros:

	2019		2018
	2º semestre	Exercício	Período
Renda com operações adquiridas em cessão	2.273	2.273	-
Total	2.273	2.273	-

15. Despesa de intermediação financeira

	2019		2018
	2º semestre	Exercício	Período
Operações de captação no mercado			
Despesa de depósitos a prazo	(53.182)	(53.182)	-
Despesa de letras financeiras	(19.992)	(24.520)	-
Despesa com recibo de depósito bancário - vinculado	(6.097)	(6.097)	-
Despesa de aceites cambiais	(3.026)	(5.251)	(6)
Despesa de contribuição ao fundo garantidor de créditos	(1.509)	(1.558)	-
Total	(83.806)	(90.608)	(6)

16. Despesas de pessoal

	2019		2018
	2º semestre	Exercício	Período
Proventos e encargos sociais	(11.537)	(20.360)	(5.036)
Honorários da administração	(1.975)	(3.317)	(620)
Plano de opção de compra de ações	(203)	(475)	-
Benefícios	(40)	(91)	(15)
Treinamento	-	(5)	-
Total	(13.755)	(24.248)	(5.671)

17. Despesas administrativas

	2019		2018
	2º semestre	Exercício	Período
Despesas de escritório	(1.130)	(1.749)	-
Despesas com contratação de serviços especializados	(6.538)	(8.409)	(5)
Despesas com processamento de dados e comunicações	(939)	(1.398)	(11)
Outras despesas administrativas	(326)	(509)	(19)
Total	(8.933)	(12.065)	(35)

18. Despesas tributárias

	2019		2018
	2º semestre	Exercício	Período
COFINS	(1.265)	(1.550)	(84)
PIS	(206)	(252)	(14)
Outros	-	(3)	(3)
Total	(1.471)	(1.805)	(101)

19. Imposto de renda e contribuição social

a. Demonstrativo do cálculo dos valores de imposto de renda e contribuição social

	2019		2018
	2º semestre	Exercício	Período
Resultado antes do IR e CS	(18.890)	(32.225)	(3.712)
Encargo total do IR e CS	7.556	12.890	1.670
Adições/exclusões permanentes	(1.307)	(1.434)	(1)
Outros	22	21	(185)
IR e CS do semestre/exercício	6.271	11.477	1.484
IR e CS devidos	(60)	(60)	-
Constituição/(realização) no período sobre adições temporárias	8.718	13.981	1.484
Constituição/(realização) no período sobre exclusões temporárias	(2.387)	(2.444)	-
Imposto de renda e contribuição social do semestre/exercício	6.271	11.477	1.484
Alíquota efetiva	33,2%	35,6%	40,0%

b. Saldo e movimentação de créditos tributários

	31/12/2019	Constituição/ (Realização)	31/12/2018
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.676	7.676	-
Marcação a mercado - letra financeira	1.085	1.085	-
Ajustes de operações realizadas em mercado de liquidação futura	2.659	2.659	-
Outros	153	153	-
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	11.573	11.573	-
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	1.448	(36)	1.484
Total	13.021	11.537	1.484

	31/12/2019	Constituição/ (Realização)	30/06/2019
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.676	6.453	1.223
Marcação a mercado - letra financeira	1.085	(279)	1.364
Ajustes de operações realizadas em mercado de liquidação futura	2.659	2.659	-
Outros	153	153	-
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	11.573	8.986	2.587
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	1.448	(2.711)	4.159
Imposto ativo diferido	13.021	6.275	6.746
Marcação a mercado - títulos públicos	-	56	(56)
Provisão para IR e CS diferidos	-	56	(56)
Total	13.021	6.331	6.690

c. Realização do crédito tributário

Período	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2020	5.817	3.490	9.307
2021	27	16	43
Após 2021	2.294	1.377	3.671
Total	8.138	4.883	13.021

O valor presente dos créditos tributários contabilizados em 31 de dezembro de 2019 é de R\$12.442.

20. Contingências

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não possuía quaisquer ativos ou passivos contingentes, nem foi parte de qualquer demanda judicial.

21. Partes relacionadas

Partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Não existem benefícios pós-emprego tais como pensões e outros benefícios de aposentadoria.

Os saldos de operações com partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	
Ativo			
Depósitos em moeda eletrônica - Nu Pagamentos S.A. - Controladora	4.710	5	
Operação adquirida em cessão - Nu Pagamentos S.A. - Controladora	502.273	-	
Passivo			
Letras de câmbio - Nu Fundo de Investimento - Coligada	2.684	2.505	
Rateio despesas - Nu Pagamentos S.A. - Controladora	3.436	1.533	
Patrimônio líquido			
Stock option plan - Nu Holdings - Controladora Indireta	475	-	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	
	2º semestre	Exercício	
Resultado		Período	
Resultado de operação de cessão - Nu Pagamentos - Controladora	2.273	2.273	-
Recursos de aceites cambiais - Nu Fundo de Investimento - Coligada	(87)	(179)	(5)
Prestação de serviços - Nu Pagamentos - Controladora	(5.495)	(7.050)	-
Despesas com folha de pagamento - Nu Pagamentos - Controladora	-	-	(3.969)
Remuneração da administração	(1.975)	(3.317)	(620)

22. Outras informações

a. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentados nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Disponibilidades	13.634	234
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.074.128	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	2.087.762	234

b. Gerenciamento de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos do Nubank é apropriada para seu porte e a complexidade de seus negócios, o que permite o acompanhamento, monitoramento e controle dos riscos aos quais está exposto.

O Nubank prioriza os riscos que têm um impacto material em seus objetivos estratégicos. A estrutura de gerenciamento de riscos realiza a identificação e avaliação de riscos com o objetivo de selecionar os riscos que são chaves para buscar oportunidades potenciais e/ou que podem impedir a criação, preservação e realização de valor, ou que podem corroer o valor já existente, com a possibilidade de haver impactos nos resultados, capital, liquidez e reputação.

O processo de gerenciamento de riscos permeia toda a Companhia, estando alinhado às diretrizes da administração e dos executivos, que, por meio de comitês e outras reuniões internas, definem os objetivos da Companhia, incluindo o apetite ao risco. Por outro lado, as unidades de controle e gerenciamento de capital fornecem suporte à administração por meio de processos de monitoramento

e análise de risco e capital.

A Nubank considera que uma declaração de apetite ao risco ("RAS") é um instrumento essencial para apoiar o gerenciamento de riscos e a tomada de decisão. Portanto, seu desenvolvimento está alinhado ao plano de negócios, desenvolvimento da estratégia e capital da Companhia. O Nubank implementou um RAS que prioriza os principais riscos e, para cada um desses riscos, foram implementadas declarações qualitativas e medidas quantitativas expressas em relação a ganhos, capital, mensuração de risco, liquidez e outras medidas relevantes, conforme apropriado.

A estrutura de gerenciamento de riscos do Nubank permeia a Companhia como um todo, permitindo que os riscos inerentes sejam adequadamente identificados, medidos, mitigados, rastreados e relatados para apoiar o desenvolvimento de suas atividades. Assim, a Administração do Nubank adota o modelo de três linhas de defesa, como segue:

- **Primeira linha de defesa:** funções ou atividades de negócios que geram exposição a um risco, cujos gerentes são responsáveis por sua administração de acordo com políticas, limites e outras condições definidas e aprovadas pelos Diretores Executivos. A primeira linha de defesa deve ter os meios para identificar, medir, tratar e relatar os riscos assumidos.

- **Segunda linha de defesa:** consiste nas áreas de gerenciamento de riscos, controles internos e *compliance*. Garante um controle eficaz dos riscos e garante que os riscos sejam gerenciados de acordo com o nível de apetite definido. É responsável por propor políticas de gerenciamento de riscos, desenvolver modelos, metodologias e supervisionar a primeira linha de defesa.

- **Terceira linha de defesa:** composta pela auditoria interna, é responsável por avaliar periodicamente de forma independente se as políticas, métodos e procedimentos são apropriados, além de provar sua efetiva implementação.

Outro elemento importante da estrutura de gerenciamento de risco do Nubank é a estrutura de comitês e fóruns técnicos. Esses órgãos de governança são projetados para acompanhar e tomar decisões sobre aspectos associados à administração e controle da Companhia. Os principais comitês e fóruns estão descritos abaixo:

- **Comitê de Riscos:** seu objetivo é assessorar o *Chief Executive Officer* (CEO) e outros diretores no desempenho de suas funções de gerenciamento e controle de riscos, monitorando o nível de exposição a riscos de acordo com a RAS. Também visa adotar estratégias, políticas e medidas destinadas a disseminar a cultura de controles internos e mitigação de riscos aplicáveis ao Nubank. Ocorre mensalmente e seus membros obrigatórios são o CEO, o *Chief Risk Officer* (CRO) e um membro não executivo independente.

- **Comitê de Crédito:** tem como objetivo apresentar, discutir e aprovar mudanças nas políticas de crédito, considerando desempenho histórico e cenários futuros. Ocorre mensalmente e seus membros obrigatórios são o Diretor de Crédito e o CRO.

- **Reunião de Auditoria:** seu principal objetivo é avaliar o desempenho da Auditoria Interna e da Auditoria Externa, bem como avaliar e opinar sobre as demonstrações financeiras. Ocorre a cada três meses e seus membros obrigatórios são o Diretor da Auditoria Interna, o CFO e o CRO.

- **Fóruns Técnicos:** reuniões regulares para discutir e propor recomendações ao Comitê de Riscos. Cada um dos tópicos a seguir possui seu próprio fórum técnico, com a participação de executivos de áreas associadas: Controladoria, Risco Operacional e Controles Internos, Gerenciamento de Ativos e Passivos/Riscos de Capital, Crédito e Tecnologia da Informação (TI), Proteção de Dados, *Compliance* para Fraudes e Combate à Lavagem de Dinheiro (AML). Cada Fórum Técnico ocorre mensalmente. Os riscos que monitoramos ativamente ao longo de 2019 incluem crédito, mercado, liquidez, operacional, tecnologia da informação e capital. O gerenciamento desses riscos é realizado através do modelo de três linhas de defesa e considerando políticas, procedimentos em vigor, bem como os limites e fatores da Declaração de Apetite ao Risco.

c. Credit Risk

O risco de crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas a: falha de clientes ou contrapartes no pagamento de suas obrigações contratuais; a depreciação ou redução dos ganhos esperados dos instrumentos financeiros devido à deterioração da qualidade de crédito de clientes ou contrapartes; os custos de recuperação da exposição deteriorada; e a qualquer vantagem dada a clientes ou contrapartes devido à sua deterioração da qualidade de crédito.

Há uma estrutura de controle e gerenciamento de risco de crédito, independente das unidades de negócios, responsável pelos processos e ferramentas para medir, monitorar, controlar e reportar o risco de crédito de todos os produtos, verificando continuamente a aderência às políticas e estrutura de limites aprovadas. Há também uma avaliação dos possíveis impactos de possíveis mudanças no ambiente econômico, a fim de garantir que nossa carteira de crédito seja resistente a crises econômicas.

As decisões de risco de crédito são tomadas na estrutura de comitês e fóruns técnicos, com o envolvimento da primeira e segunda linhas de defesa. Para o processo de tomada de decisão, são apresentadas e analisadas as informações decorrentes do desempenho histórico e dos modelos preditivos internos que analisam e pontuam clientes existentes e potenciais com base em seu perfil de rentabilidade e risco de crédito.

O comportamento dos clientes com atrasos no pagamento é rastreado e monitorado, para melhorar constantemente as políticas e a abordagem na cobrança de dívidas. O Nubank possui políticas de cobrança para maximizar o valor recuperado. As estratégias de coleta dependem dos perfis dos clientes e das pontuações do modelo.

d. Risco de mercado e risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB)

Risco de mercado é definido como o risco de perdas decorrentes de movimentos nos preços de mercado, incluindo os fatores de risco: taxas de juros, ações, taxas de câmbio e *commodities*. IRRBB refere-se ao risco atual ou prospectivo para o capital de banco e ganhos decorrentes de movimentos adversos nas taxas de juros que afetam as posições da carteira bancária.

O Nubank possui uma estrutura de controle e gerenciamento de risco de mercado e IRRBB, independente das unidades de negócios, responsável pelos processos e ferramentas para medir, monitorar, controlar e reportar o risco de mercado e o IRRBB, verificando continuamente a aderência às políticas e limites aprovados. O Nubank adota uma variedade de métricas de risco de mercado e IRRBB, incluindo sensibilidade a taxas de juros, sensibilidades de EVE (valor econômico do patrimônio) e VaR (valor em risco).

Os resultados são reportados ao Fórum Técnico de Ativos e Passivos e ao Comitê de Riscos. A Administração está autorizada a utilizar instrumentos financeiros, conforme descrito em nossas políticas internas para proteger o risco de mercado e as exposições ao IRRBB.

e. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de o Nubank não ser capaz de cumprir com eficiência suas obrigações esperadas e inesperadas, atuais e futuras, incluindo as decorrentes de colateralização, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade do Nubank não conseguir negociar uma posição a preço de mercado devido ao seu grande volume normalmente negociado ou devido a alguma descontinuidade no mercado.

Existe uma estrutura de controle e gerenciamento de risco de liquidez, independente das unidades de negócios, responsável pelos processos e ferramentas para mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de liquidez, verificando continuamente a aderência às políticas e estrutura de limites aprovadas. Existe uma política de caixa mínimo em vigor para gerenciar o risco de liquidez e ele foi projetado manter recursos de liquidez suficientes em quantidade e qualidade e perfil de financiamento adequado para atender ao apetite ao risco de liquidez expresso pelo Nubank com base em métricas de liquidez internas e regulatórias.

Os resultados são reportados ao Fórum Técnico de Ativos e Passivos e ao Comitê de Riscos.

f. Risco operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, fraqueza ou inadequação de processos, pessoas ou sistemas internos. Inclui a esta definição o risco legal associado à inadequação ou deficiência nos contratos firmados pela Companhia e multas por não cumprimento das disposições legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes de atividades realizadas.

O Nubank uma estrutura de risco operacional e controles internos responsável pela identificação e avaliação dos riscos operacionais, bem como pela avaliação do design e da eficácia da estrutura de controles internos. Essa estrutura também é responsável pela preparação e teste periódico do plano de continuidade de negócios e por coordenar a avaliação de riscos em lançamentos de novos produtos e mudanças significativas nos processos existentes.

Dentro da governança do processo de gerenciamento de riscos, são apresentados mecanismos para identificar, medir, avaliar, monitorar e relatar eventos de risco operacional a cada área de negócios (primeira linha de defesa), além de disseminar a cultura de controle para outros colaboradores internamente. Os principais resultados das avaliações de risco são apresentados nos Fóruns Técnicos de Riscos Operacionais e Controles Internos e no Comitê de Riscos. As recomendações de melhoria aplicáveis resultam em planos de ação com prazos e responsabilidades planejados.

g. Risco de tecnologia da informação (TI)

Risco de TI é definido como os efeitos indesejáveis decorrentes de uma série de ameaças possíveis à infraestrutura de tecnologia da informação, incluindo segurança cibernética (ocorrência de incidentes de segurança da informação), gerenciamento de incidentes (processo ineficaz de gerenciamento de incidentes/problemas, impacto nos níveis de serviço, custos e insatisfação do cliente), gerenciamento de dados (falta de conformidade com as leis de privacidade de dados ou lacunas na governança de gerenciamento de dados ou problemas de vazamento de dados), entre outros.

O Nubank possui uma estrutura de Riscos de TI, responsável por identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar e relatar os riscos de Tecnologia da Informação em relação aos níveis de apetite por risco aprovados pela Diretoria.

Os resultados das avaliações de riscos e controles de TI são discutidos regularmente no Fórum Técnico de Riscos de TI e apresentados ao Comitê de Riscos. As recomendações de melhoria aplicáveis resultam em planos de ação com prazos e responsabilidades planejados.

h. Gestão de capital

Para atender aos requisitos regulatórios, o Nubank precisa fornecer um nível mínimo de capital, considerando os índices Índice de Adequação de Capital ("CAR") e Nível 1 de Capital Próprio ("CET1"). De acordo com sua estratégia, o Nubank implementou uma estrutura de gerenciamento de capital com o objetivo de manter um nível de capital superior aos requisitos mínimos regulatórios.

O objetivo do gerenciamento de capital é estimar os requisitos futuros de capital regulatório com base nas projeções de crescimento da Companhia, exposição a riscos, movimentos de mercado e outras informações relevantes. Além disso, a estrutura de gerenciamento de capital é responsável por identificar as fontes de capital, elaborar e enviar o plano de capital para aprovação e monitorar o nível atual dos índices de capital regulatório.

No nível executivo, o Fórum Técnico de ALM e Capital é responsável por aprovar as metodologias de avaliação de risco e cálculo de capital, além de revisar, monitorar e recomendar planos de ação relacionados ao capital para o Comitê de Risco.

A tabela a seguir mostra o cálculo dos índices de capital e seu requisito mínimo para as pessoas jurídicas do Nubank exigidos pela regulamentação atual no Brasil:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Patrimônio de referência (PR)	186.202	76.288
Nível I	106.050	76.288
Capital principal	106.050	76.288
Nível II	80.152	-
Ativos ponderados ao risco (RWA)	518.222	88.957
Risco de crédito (RWA CPAD)	450.913	455
Risco de mercado (RWA MPAD)	-	-
Risco operacional (RWA OPAD)	67.309	88.501
PR Mínimo Requerido	54.413	9.340
Margem PR	131.789	66.948
Índice de Basileia	35,9%	85,8%
RBAN - Capital Requerido	19.740	-
Margem PR considerando RBAN	112.049	66.948

23. Cobertura de seguros

O grupo "Nubank" adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguro mais relevante é do risco operacional no valor de R\$147.600, cobrindo os riscos relacionados a incêndios, explosões e danos elétricos.

